



PROJETO DE LEI Nº 318 / 2025

À SUBSECRETARIA DE ATIVIDADES LEGISLATIVAS  
PARA SUA TRAMITAÇÃO  
Em 16/12/25  
Presidente

**Institui a Campanha Estadual Permanente de Incentivo ao Primeiro Voto nas Escolas Públicas da Rede Estadual e dá outras providências.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE**

**FAÇO SABER** que a Assembleia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica instituída, no âmbito do Estado do Acre, a Campanha Estadual Permanente de Incentivo ao Primeiro Voto, a ser desenvolvida nas escolas públicas da rede estadual de ensino. Parágrafo único. A Campanha será direcionada, prioritariamente, aos estudantes do ensino médio com 16 (dezesseis) anos ou mais.

**Art. 2º** São objetivos da Campanha:

- I – incentivar o alistamento eleitoral dos estudantes aptos ao primeiro voto;
- II – promover a conscientização sobre a importância do voto como instrumento de cidadania e participação democrática;
- III – orientar, de forma simples e acessível, sobre o funcionamento do processo eleitoral;
- IV – estimular a participação política responsável da juventude.

**Art. 3º** A Campanha será realizada, preferencialmente, no primeiro semestre de cada ano eleitoral, podendo contar com:

- I – palestras educativas;
- II – rodas de conversa e debates orientados;
- III – distribuição de materiais informativos impressos e digitais;
- IV – ações digitais de orientação aos estudantes.

**Art. 4º** O Poder Executivo poderá firmar parcerias técnicas com:

- I – Tribunal Regional Eleitoral do Acre – TRE/AC;



II – Ministério Público;

III – Defensoria Pública;

IV – universidades e instituições de ensino superior;

V – entidades da sociedade civil.

**Art. 5º** As ações da Campanha terão caráter estritamente educativo, informativo, neutro e apartidário, sendo vedada qualquer forma de promoção político-partidária, ideológica ou eleitoral.

**Art. 6º** As atividades previstas nesta Lei serão executadas sem criação de cargos, funções, estruturas administrativas permanentes ou aumento obrigatório de despesas, utilizando-se, preferencialmente, a estrutura já existente do Poder Executivo.

**Art. 7º** O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo que for necessário para sua plena execução.

**Art. 8º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões "Deputado Francisco Cartaxo"

09 de dezembro 2025

Adailton Cruz  
Deputado Estadual – PSB





## JUSTIFICATIVA

A participação política dos jovens é essencial para o fortalecimento da democracia e para a renovação das instituições públicas. O direito ao voto facultativo a partir dos 16 anos, garantido pela Constituição Federal, abre aos adolescentes a oportunidade de exercer sua cidadania ainda no ensino médio. Contudo, muitos desses jovens chegam a essa etapa sem informações adequadas sobre seus direitos políticos, prazos de alistamento, funcionamento das eleições e impacto do voto consciente no futuro do país.

Essa lacuna informacional contribui para a baixa taxa de alistamento eleitoral entre jovens, para o desinteresse pela política e para a vulnerabilidade aos efeitos da desinformação, fenômeno que cresce no ambiente digital e afeta especialmente os adolescentes. A escola, portanto, surge como o espaço ideal para promover educação cidadã responsável, neutra e orientada ao interesse público.

A Campanha Estadual Permanente de Incentivo ao Primeiro Voto nasce como uma política pública simples, de baixo custo e alto impacto social. Ao levar palestras, rodas de conversa, materiais informativos e orientação prática às escolas, o Estado contribui diretamente para o fortalecimento da consciência democrática entre os jovens, preparando-os para exercer seu voto de maneira informada e responsável.

Ao prever a possibilidade de parcerias com o Tribunal Regional Eleitoral, Ministério Público, Defensoria Pública, universidades e entidades civis, o projeto garante legitimidade técnica, neutralidade institucional e alcance maior às ações educativas, sem que haja qualquer risco de interferência político-partidária.

A aprovação desta Lei contribuirá para a formação de uma geração de jovens mais consciente, ativa e comprometida com o futuro democrático do Estado. Investir na educação política da juventude é investir na qualidade das decisões coletivas, no combate à desinformação e na construção de uma sociedade mais participativa e informada. Diante do exposto, solicitamos o apoio dos nobres Parlamentares para aprovação do presente Projeto de Lei, por sua relevância social, pedagógica e democrática.

Sala das Sessões "Deputado Francisco Cartaxo"

09 de dezembro de 2025

Adailton Cruz

Deputado Estadual – PSB